



## A PROBLEMATIZAÇÃO DA DIFERENÇA NAS RI: AS DIMENSÕES DE RAÇA, GÊNERO E COLONIALIDADE COMO CHAVE PARA PENSAR ALÉM DO “INTERNACIONAL”

### Luma Freitas Lessa

Mestranda em Relações Internacionais na PUC-Rio e bolsista CAPES. É bacharel em Relações Internacionais pela Instituto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Interesse nas áreas de Gênero, Racismo, Cultura Pop, Migração, História das RI, Direitos Humanos e Humanitarismo. Atualmente, é assistente de Proteção Legal na PARES Cáritas do Rio de Janeiro (2018).

**Resumo:** Este artigo coloca em evidência as implicações práticas das categorias analíticas produzidas pela disciplina das RI. Essa discussão busca repolitizar o debate e trazer à tona as consequências éticas das teorias predominantes no campo das RI. Pensar o processo de teorização das Relações Internacionais como disciplina sob o viés do internacional acarreta pensar a política mundial de modo estadocêntrico. O argumento desenvolvido é o de que o internacional replica a opressão e marginalização das diferenças raciais, coloniais, de classe, de gênero e sexualidade ao não conseguir lidar de modo reflexivo com a diferença. Assim, através de um engajamento crítico, colocam-se em evidência as relações de poder imbricadas em lógicas racista, misóginas, heteronormativas e neocoloniais que permeiam a construção do conhecimento sobre as RI nos moldes de correntes tradicionais. Desse modo, retoma-se um panorama de abordagens reflexivas que ressaltam a ambivalência, contingência e complexidade da política mundial para além do internacional.

**Palavras-chave:** Internacional; Diferença; Gênero; Raça, Colonialidade.

**Abstract:** This article highlights the practical implications of the analytical categories produced by the IR discipline. This discussion seeks to repolitize the debate and to bring forward the ethical consequences of the predominant theories in the field. Thinking about the theorizing process of International Relations under the international bias entails thinking about world politics in a state-centered way. The argument developed is that the international replies to the oppression and marginalization of racial, colonial, class, gender and sexuality differences by not being able to deal reflexively with difference. Thus, through critical engagement, this article seeks to highlight the power relations embedded in racist, misogynistic, heteronormative and neocolonial logics that permeate the construction of knowledge about IR in the molds of traditional currents. Therefore, I engage with a panorama of reflexive approaches that highlight the ambivalence, contingency and complexity of world politics beyond the international.

**Keywords:** International; Difference; Gender; Race; Coloniality.



## 1. Introdução

As RI, como disciplina, deparam-se com a diferença em escala global ao engajar com os processos da política mundial. Nessa esteira, a diferença pode ser vista como desigualdade, entrave para alcançar a igualdade, e com ela, a paz e o desenvolvimento econômico e tecnológico. A estruturação dos fenômenos políticos mundiais como internacionais, em que os Estados-nações seriam as unidades de análise, condicionaram a forma em que esta igualdade poderia ser alcançada. Com efeito, teorização das RI limitou-se a entender a política mundial através dos extremos da gama de possibilidades: particularismos dos Estados-nações e de uma cosmologia universalista (WIGHT, 1960). Sob esta égide, movimentos teóricos estabeleceram uma concepção ontológica que privilegiou o Estado como ator central, e instituiu fronteiras entre o Estado e o sistema, o doméstico e o internacional como essenciais para pensar o ‘internacional’. Isso limitou as possibilidades de investigação da política mundial. Com efeito, a teorização sobre as RI, cuja expectativa era tornar inteligível o ‘real’ através da produção de conhecimento científico, também se constituiu através dessa discriminação. A diferença foi, simultaneamente, apagada dentro dos Estados e contida no ‘espaço’ internacional, (INAYATULLAH; BLANEY, 2004). Dessa forma, as outras desigualdades foram naturalizadas, e o problema da diferença foi deixado de lado.

As implicações dessa naturalização foram devastadoras e violentas, vide que cristalizou as discriminações de categorias binárias hierárquicas para entender a política mundial. As concepções de desenvolvido/subdesenvolvido, primeiro mundo/terceiro mundo, moderno/tradicional e Estados-nação/Estados párias e ‘falidos’ foram construções subjetivas resultantes de um arranjo das relações de poder que privilegia determinados modos de vida baseados no ideário moderno do que é igualdade/diferença. No caso das correntes de RI *mainstream*, houve a centralização do ‘internacional’ como a forma de conhecer a política mundial e o consequente adiamento do problema da diferença. Esse processo resultou na imposição de uma soberania estatal que privilegia a experiência de homens, brancos, héteros e de países desenvolvidos.

Destarte, vertentes alternativas pós-positivistas trouxeram à tona que essa resistência em lidar de modo reflexivo com a diferença (re)produz opressão e exclusão através de lógicas racistas, classicistas, heteronormativas e neocoloniais. Este ensaio procura apontar para essas implicações políticas e práticas da produção de categorias analíticas. O argumento desenvolvido é do que explorar as dimensões de raça, gênero e colonialidade, permite atentar para a complexidade e contingência da política mundial. Com isso, politiza-se o debate sobre a diferença e coloca em evidência a insuficiência de pensar a política mundial apenas sob o enfoque do ‘internacional’. O caminho traçado nesse artigo para problematizar como as RI encaram a diferença constitui um movimento duplo. A próxima seção propõe-se a desconstruir algumas categorias analíticas fundamentais para as correntes teóricas

tradicionais ao colocar em evidência que lidam com a diferença em contraposição à igualdade. A segunda seção busca trazer contribuições alternativas atentas às dimensões de raça, gênero e colonialidade para incluir a pluralidade, a contextualização e a contingência como essenciais para engajar com a diferença na política mundial.

## 2. O problema da diferença/igualdade

A legitimidade do Estado como soberano foi tradicionalmente justificada sob o arcabouço de que é a organização política capaz de proporcionar a igualdade, a justiça e a paz. Entretanto, fenômenos, especialmente da contemporaneidade, colocam em evidência a insuficiência do Estado e do ‘internacional’ em promover esses valores. Sobre esta contradição, infere-se a “teoria e prática da sociedade internacional como um adiamento do genuíno reconhecimento, exploração e engajamento com a diferença” (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 39, tradução da autora). O Estado soberano foi a articulação política moderna cujas essas diferenças foram reduzidas a relações espaciotemporais. Isso em parte porque a teorização das RI é herdeira de pensadores como Hobbes e Locke, que em seu contexto histórico faziam parte do esforço de instituir uma lei natural universal em um contexto de separação entre o homem e Deus, o homem e a natureza (WALKER, 1993). A consolidação do Estado moderno, portanto, insere-se no contexto da secularização da política. Robert Walker, segundo Naeem Inayatullah e David Blaney, alega que “[...] a razão dita a soberania como uma solução espacial para o problema da incerteza moral e religiosa; poder é espacializado no Estado, assim sendo, transformando a diversidade perigosa das opiniões individuais e vontades em uma opinião e vontade soberana”<sup>1</sup> (WALKER, 1993 apud INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 32, tradução da autora). Com efeito, o problema da diferença é contido no doméstico, que pressupõe igualdade, em oposição ao deslocamento da diferença para o internacional.

O entendimento da política estruturado em torno do internacional, portanto, baseia-se em fronteirização: entre os Estados, e entre o Estado e o sistema. Essas fronteiras determinam distância entre o igual e o diferente. A importância dessa discussão é ressaltar os limites da disciplina para lidar com essa diferença. Ao prezar por critérios como a parcimônia e a resolução de problemas, os processos de teorização foram despolitizados e produziram-se a partir de práticas discriminatórias de inclusão/exclusão que construíram categorias na forma de binarismos hierarquizantes (WALKER, 2016). Apontar o caráter contingente e histórico de dicotomias como desenvolvido/subdesenvolvido, primeiro /terceiro mundo, núcleo/periferia, metrópole/satélite, avançado industrializado/menos

<sup>1</sup> “[...] reason dictates sovereignty as a spatial solution to the problem of moral and religious uncertainty; power is spatialized in the state, thereby transforming a dangerous diversity of individual opinions and wills into a sovereign opinion and a sovereign will”

desenvolvido, moderno/tradicional e estados reais/quase estados coloca em evidências as relações de poder envolvidas na cristalização e naturalização dessas discriminações (DOTY, 1996).

De acordo com Jenny Edkins (1999), as fronteiras advindas da teorização, ao definirem ‘política’ como pertencente ao doméstico e o internacional como o doméstico em sua ausência, produziram espaços ausentes de historicidade (temporalidade) e, portanto, do caráter ‘político’. Para a autora, o político implicaria no ‘indecidível’ - conceito derridiano: em ações que não foram assimiladas e naturalizadas pelas formas de subjetivação dos indivíduos como pertencentes à ordem social definida. No plano internacional, houve com essa contenção espaciotemporal o esvaziamento da possibilidade do político e do ético. Se por um lado, houve a naturalização de elementos do internacional, como o Estado, o Direito Internacional, organizações internacionais, por outro, ações e atores no limiar dessas fronteiras foram marginalizados ou disciplinados pelos modos de governamentalidade produzidos como regimes de verdade dentro/pela disciplina (DOTY, 1996). Essa marginalização ocorreu de modo brutal e cruel, sob a justificativa de que a desigualdade, equivalente à diferença nessas correntes *mainstream*, faz parte do Sistema Internacional.

Segundo Walker (1993), o processo de teorização sobre as RI gerou um afastamento do debate ontológico para o epistemológico, em que a premissa é a de que o movimento que se faz é tornar inteligível o ‘real’. Dessa forma, produz categorias normativas na forma de objetividade. Ao simplificar a complexidade dos fenômenos para dar sentido, realiza uma discriminação excludente. A crítica pós-estruturalista advém do incômodo de como esse processo discriminatório foi produzido através da separação entre o sujeito e o conhecimento, o homem e o mundo, entre o poder/saber em uma linguagem foucaultiana. A disciplina de RI é uma expressão do que foi constituído como Relações Internacionais, isto é, as RI são produzidas pela disciplina, logo, a alegação de que está explicando o real é posta em xeque.

O Estado como categoria moderna promove a delimitação do que está inserido na comunidade política e o que está fora (*‘inside/outside’*) como um binário entre elementos de maneira simplista e hierárquica (WALKER, 1993). Essa delimitação estabelece fronteiras entre o particular e o universal, o Estado e sistema, o dentro e o fora, o sujeito e o Estado, cidadania e humanidade. Nessa perspectiva, a dicotomia igualdade/diferença é basilar. Entender a diferença como o oposto de igualdade resulta em um dilema de impossível resolução (SCOTT, 1988). A igualdade como ausência de diferença, ou seja, tratar como iguais ignorando as diferenças, geraria uma neutralidade falaciosa, em que os privilegiados permanecem favorecidos. Enquanto que encarar a diferença como um problema a ser resolvido resulta em uma igualdade inalcançável. Logo, faz-se necessário repensar a relação entre igualdade e diferença para também repensar a política para além do ‘internacional’.

A proposta de Joan Scott (1988) para este dilema é que o oposto de igualdade não é diferença, mas sim a desigualdade. A partir de uma visão feminista, a diferença associa-se às especificidades da diversidade e pluralidade de vivências e subjetividades de homens e mulheres que questionam as categorias universalizadas, hierárquicas e cristalizadas do que é o feminino e o masculino. As relações de gênero, assim como outros binarismos, são construções sociais produzidas através de correlações de poder. Para Michel Foucault, em uma sociedade disciplinar, “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade” (2005, p. 29). Assim sendo, se não houvesse diferença, não haveria porquê lutar pela igualdade. Logo, essa definição de igualdade em oposição à diferença serve à reprodução de subordinações a partir de uma visão moderna, ocidental, misógina, racista e heteronormativa que se projeta como discurso de verdade.

Nessa esteira, a reformulação da diferença como intrínseca à igualdade parte de uma escolha política informada sobre os efeitos práticos dessa discussão teórica. A igualdade, portanto, considera a equivalência de pessoas diferentes com um determinado propósito em um contexto social definido. Scott define igualdade como “[...] indiferença deliberada às diferenças especificadas”<sup>2</sup> (1988, p. 44, tradução da autora). Dessa forma, o caráter contingente é trazido à tona, permitindo uma politização do debate sobre a diferença que considera a dimensão ética. É imprescindível ressaltar que essa desconstrução pressupõe um olhar vigilante e autocrítico para não reincidir em categorias universais e absolutas. A abertura à pluralidade e a desestabilização devem ser acompanhadas de reflexividade.

Essa reflexividade é baseada em uma concepção de poder diferente da usada tradicionalmente nas RIs. Nesta visão tradicional, a centralidade do Estado implica em uma visão do poder como atrelado à soberania, uma capacidade de reprimir e sujeitar, que pode ser possuída e perdida. No entanto, a concepção de poder como uma relação de força que “não se dá, nem se troca, nem se retorna, mas que ele se exerce e só existe em ato” (FOUCAULT, 2005, p. 21) implica em uma discussão do *locus* da política que põe em questão a definição jurídica-contratualista da soberania. Se, nas RI *mainstream*, a política, e consequentemente, a ‘paz’ e a igualdade, está contida dentro das fronteiras do Estado, em contraposição, o internacional é tido como ausente de política – anárquico – e, portanto, onde impera a diferença (INAYATULLAH e BLANEY, 2004). Com efeito, essa perspectiva normaliza a hierarquia e a desigualdade no ‘internacional’. Assim, a desestabilização das categorias produzidas pelas teorias de RI, como o descentramento do Estado soberano moderno, traz à tona suas restrições e complexifica a noção de poder.

Sob a égide da igualdade/diferença inserida na cultura de competição promovida pela lógica de mercado, há um ranqueamento de diferentes formas de vida, em que visões alternativas são tratadas como “[...] sinais de atraso, subdesenvolvimento, irracionalidade ou uma perigosa ilusão que é

<sup>2</sup> [...] deliberate indifference to specified differences.

devidamente “punida” pelo mercado e sujeita a reforma” (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 143, tradução da autora)<sup>3</sup>. Assim, o diferente, para que se alcance a ‘igualdade’ e ‘liberdade’ do mercado, é inferiorizado, controlado e erradicado. No plano do internacional, a hierarquia dos Estados é vista como aceitável e necessária em nome da igualdade e soberania estatal, de evitar ambições imperiais ou desígnios normativos e missionários (Idem). A definição do que é diferente, no entanto, é feita segundo os parâmetros do *self* moderno e racional determinado pela ciência ocidental. Esta visão serve à manutenção do privilégio dos Estados desenvolvidos, ocidentais e neocoloniais além da promoção dos interesses ‘estatais’ daqueles em posição privilegiada na relação de força em detrimento dos Outros internos. Portanto, inserir a diferença como parte da igualdade permite o combate à desigualdade. Para Inayatullah e Blaney, a diferença é uma oportunidade de autorreflexão: ainda que imponha um desafio, pode ser usada para aprendizado se ao invés de tentar erradicar, engajarmos com a diferença.

Nessa perspectiva, o eu e o Outro são mutuamente constituídos e dependentes dentro de uma totalidade, através de experiências compartilhadas. Para que não se recaia em uma visão ingênua de pluralismo, o movimento de trocar o ‘internacional’ pelo global não é o suficiente. Atribuir a responsabilidade às estruturas supranacionais de modo a ignorar as diferenças ou tratar o diferente através do relativismo cultural também reproduz lógicas neocoloniais, machistas, racistas e homofóbicas. Foucault elabora a inversão do aforismo de Clausewitz: “‘a política é a guerra continuada por outros meios’, isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra” (FOUCAULT, 2005, 23). Assim sendo, a política vai além do Estado; o poder do Estado ou das disputas globais só é possível através de economias de poder que se estendem às extremidades.

O poder, então, longe de ser um fenômeno de dominação homogêneo, em que indivíduos são apenas alvos dessa opressão, “transita *pelos* indivíduos, não se aplica a eles” (*Ibid.*, pp. 34-35). Pensar os indivíduos como intermediários significa que estão submetidos ao poder, mas também o exercem. Isso permite entender como as relações de poder constituem-se de forma múltipla e sobreposta, nem sempre de modo racional ou proposital, mas em rede. Com efeito, as concepções *mainstream* para analisar a política mundial como o ‘internacional’ são questionadas. O Estado, racional, com interesses e fronteiras definidas, em interação com outras unidades iguais em um sistema ausente da experiência social e, portanto, de política, não permite essa abertura para lidar de forma reflexiva com a diferença. Por outro lado, a leitura foucaultiana possibilita analisar como os procedimentos e técnicas de poder atuam desde as capilaridades até o global, passando pelo transnacional.

---

<sup>3</sup> Original: “[...] signs of backwardness, underdevelopment, irrationality or a dangerous illusion that is "punished" by the market and subject to reform”

Além disso, a centralidade do internacional dentro das RI como disciplina científica engendrou efeitos perversos de limitar quais são os objetos de estudos e as epistemologias aceitas. A construção do Estado como homogêneo também implicou que “o Outro interno também deve ser apagado, degradado ou submetido à reforma” (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 142, tradução da autora)<sup>4</sup>. Nisso, reificou-se a subordinação e marginalização de sujeitos e ‘saberes sujeitos’, ou seja, que não estão conformidade com ‘discurso teórico unitário, formal e científico’ (FOUCAULT, 2005, p. 15), como mulheres, negros e indígenas. Dessa forma, o pós-estruturalismo percebe a política como constituída por dinâmicas internas e externas que estão sujeitas a contradições, antagonismos, negociações, aporias e erupções violentas (WALKER, 2016). Se teorias de RI propõem a simplificação em nome de captar as continuidades e promover valores universais – igualdade, democracia, direitos humanos, etc. –, a crítica pós-estruturalista alerta para o perigo de tomar valores como universais em um mundo de experiências fragmentadas, de disjunções e rupturas.

Nessa esteira, problematizam-se os discursos de verdade que moldam a política mundial como parte dessa correlação de forças advinda da modernidade. Assim, a desestabilização das categorias analíticas, como o descentramento do Estado soberano moderno, traz à tona as restrições, complexifica a noção de poder e abre a oportunidade de olhar para sujeitos e objetos antes marginalizados. Entretanto, as possibilidades de mudança estão inseridas em relações de poder que também são de força. As resistências, portanto, são múltiplas (FOUCAULT, 1988, p. 91). Não há uma recusa absoluta das categorias modernas, mas pensar as rupturas, descontinuidades e ambivalências dos discursos e das categorias de modo atento aos silêncios, às margens e as disjunturas também constituintes da política mundial. Para tal objetivo, mobilizam-se perspectivas alternativas que problematizam as diferenças/desigualdades de gênero, raciais e coloniais.

### **3. Problematizando o internacional: gênero, raça e colonialidade**

O primeiro viés retomado são as abordagens feministas, uma das principais contribuições é que partem de sujeitos e temáticas marginalizados para trazer um novo olhar sobre conceitos. Sob a égide das RIs, conceitos estabelecidos como segurança, Estado, igualdade, soberania e nacionalidade são revistos de modo a incluir outros questionamentos excluídos pelas literaturas *mainstream*. Cynthia Enloe (2008) explora como o pessoal é político, como o cotidiano é afetado e também afeta as dinâmicas globais. Em uma perspectiva de gênero, Enloe analisa a crise de 2008: “[...] a cultura organizacional dominante que molda a vida cotidiana de mulheres e homens dentro do FMI às suas políticas, estava moldando a vida de mulheres e homens globalmente” (2008, p. 67, tradução do autor)

---

<sup>4</sup> “Original: “[...] the other within also must be erased, degraded, or subjected to reform”

<sup>5</sup>. Por um lado, essa visão revela que as mulheres, especialmente as mulheres pobres, foram mais afetadas do que os homens pelos ‘ajustes estruturais’ recomendados pelo FMI para solucionar a crise vide que foram marginalizadas para o setor informal e de exportação e são tradicionalmente empregadas em setores públicos e sociais que sofreram os maiores cortes (Idem). Por outro, a cultura organizacional dominante baseou-se uma concepção de masculinidade que privilegiou a competição, os riscos altos e de curto prazo em detrimento de características associadas ao feminino, como precaução, cuidado no trabalho e com a vida pessoal, pensamento a longo prazo e não tolerar altas cargas de estresse (Idem). Destarte, essa análise permite repensar a dicotomia entre o doméstico e o internacional, entre o privado e o público, atentar como noções de feminino e masculino perpassam a construção da política mundial assim como para as consequências dessas concepções sobre as relações de força que moldam as relações sociais.

Do mesmo modo, Ann Tickner (2014) investiga como o liberalismo, o nacionalismo e o marxismo, tidas como as principais correntes de Economia Política Internacional, são promovidos como neutras no que tange gênero, mas concebem a política mundial sob a ótica da experiência masculina e Ocidental. Ao pensar o indivíduo, o liberalismo, por exemplo, promove uma concepção economicista e individualista de racionalidade; em contraposição, a socialização feminina parte de uma definição de si através da relação com outros e não aparte (HARDING, 1986 apud TICKNER, 2014). Isso tem efeitos sobre a concepção de Estado que se guia pela competitividade e vê a cooperação como um desafio. Tickner alerta para o fato de as instituições estatais e internacionais serem dominadas por homens, o que influencia o comportamento dos Estados no SI além de que “as prescrições para maximizar o poder do Estado podem funcionar mais a favor de homens do que mulheres” <sup>6</sup> (TICKNER, 2014, p. 49). A noção militarista de segurança nacional gerou que as mulheres fossem marginalizadas como protegidas e não protetoras, limitando a significação do que é segurança à experiência e percepção masculina (*Ibid.*, p. 53). Exemplo disso é que as mulheres estão mais vulneráveis a violências que não se enquadram como ameaça à segurança nacional, como a violência doméstica.

Sobre o marxismo, há pontos de toque com o feminismo, como a rejeição de uma racionalidade e objetividade de um sujeito universal. No entanto, a centralidade da luta de classes como motor da história parte de uma concepção de trabalho que ignora a divisão sexual do trabalho, o papel reprodutivo e o trabalho doméstico atribuído em sua maioria às mulheres. As mulheres, quando entram no mercado de trabalho, estão sujeitas a piores condições como salários desiguais, jornada tripla pela

<sup>5</sup> “[...] the dominant organizational culture shaping everyday lives of women and men inside the IMF to its policies that were shaping women’s and men’s lives globally”

<sup>6</sup> “[...] prescriptions for maximizing state power might work more to the advantage of men than women”

responsabilidade do cuidado do doméstico (TICKNER, 2014, pp. 68-69) e a reproduzirem as concepções de masculino e feminino hierarquizantes para alcançar posições superiores.

Ressalta-se que essa visão privilegia uma noção de Mulher e Homem ao partir de uma metodologia perspectivista, ou seja, pressupõe que as mulheres, por estarem às margens da política e economia mundial, teriam um ponto de vista que em si contribuiria para o questionamento dessa ordem social. Tickner afirma sobre a perspectiva feminista:

“[...] ajuda-nos a pensar em soluções para problemas globais contemporâneos como o militarismo, a injustiça econômica e a degradação ambiental [...] poderiam começar, portanto, construindo algumas definições alternativas de conceitos, como racionalidade, segurança e poder” (*Ibid.*, p.52, tradução da autora)<sup>7</sup>

Entretanto, tanto mulheres como homens, mesmo aqueles(as) marginalizados(as), podem reproduzir as condições que os subordinam. Aliás, sob a análise pós-estruturalista, é essa capilaridade do poder que torna possível o alcance global e em rede das correlações de poder. Ademais, o feminismo também pode perder de vista a interseccionalidade dos múltiplos eixos de opressão das experiências diversas de mulheres e homens desviantes do padrão normalizado de feminino e masculino.

Essas críticas reverberam as contribuições trazidas pela problematização das desigualdades/diferenças raciais e coloniais. Retoma-se o argumento de que categorias fixas que definem as diferenças - como Homem e Mulher - naturalizam e reafirmam o contraste dessas diferenças; estas, portanto, devem ser relativas e inseridas em contextos específicos (SCOTT, 1988, p. 46). Chandra Mohanty (2008) atenta para a dimensão colonial da constituição dos sujeitos através de uma crítica ao feminismo ocidental. Sobre a generalização das mulheres do terceiro mundo pelo feminismo ocidental, Mohanty afirma que:

Essa mulher mediana do terceiro mundo leva uma vida essencialmente truncada por seu gênero feminino (leia-se constrição sexual) e seu pertencimento ao terceiro mundo (leia-se ignorante, pobre, sem instrução, limitada pelas tradições, doméstica, restrita à família, vítima, etc). Isso, eu sugiro, contrasta com a auto-representação (implícita) das mulheres ocidentais como educadas, modernas, no controle de seu corpo e sexualidade e com a liberdade de tomar suas próprias decisões. (*Ibid.*, p.5, tradução da autora)<sup>8</sup>

A generalização de categorias analíticas, como homem opressor/mulher oprimida ou país desenvolvido/subdesenvolvido ou primeiro/terceiro mundo ou brancos/não-brancos, gera um falso

<sup>7</sup> “[...] help us to think about solutions to contemporary global problems such as militarism, economic injustice, and environmental degradation [...] might begin, therefore, by constructing some alternative definitions of concepts, such as rationality, security, and Power”

<sup>8</sup> “Esta mujer promedio del tercer mundo lleva una vida esencialmente truncada debido a su género femenino (léase sexualmente constreñida) y su pertenencia al tercer mundo (léase ignorante, pobre, sin educación, limitada por las tradiciones, doméstica, restringida a la familia, víctima, etc.). Esto, sugiero, contrasta con la autorepresentación (implícita) de la mujer occidental como educada, moderna, en control de su cuerpo y su sexualidad y con la libertad de tomar sus propias decisiones.”

sentido de comunalidade dos interesses e da opressão de grupos, reproduz as relações sociais como binarismos opostos. O perigo disso é apagar as diversidades dentro desses grandes blocos categóricos, além de encerrar as lutas a uma inversão do *status* dos que possuem o poder e daqueles privados destes (MOHANTY, 2008, p. 17).

De modo similar, a construção do internacional como unidade de análise encerra as possibilidades em que a igualdade pode ser almejada sob a justificativa de que este ‘internacional’ já existe, apenas é tornado inteligível pela disciplina das RI. Academia esta influenciada pela bagagem dos homens brancos e ocidentais que majoritariamente a compõem. Assim, a colonialidade perpassa a construção ontológica, epistemológica e metodológica das RI cujo internacional ocupa a centralidade. A colonização, nesse ínterim, é vista como uma construção discursiva em que o conhecimento é apropriado e codificado, engendrando, de fato, "uma relação de dominação estrutural e uma supressão, muitas vezes violenta, da heterogeneidade do sujeito ou assuntos em questão" (MOHANTY, 2008, p. 2, tradução da autora) <sup>9</sup>. As diferenças coloniais na política mundial estão sujeitas ao discurso de poder, no qual os sujeitos que investigam colocam a si mesmos, de modo oculto, como o parâmetro no qual lidam o Outro diferente (*Ibid.*, pp. 4-5).

Esses discursos de verdade acarretam em implicações práticas devastadoras, como a homogeneização da diferença em categorias universais e ahistóricas que não correspondem a realidades complexas. Com efeito, as possibilidades de resistências são contidas. Mohanty sugere que apenas com uma análise cuidadosa, local e politicamente focada: “É somente compreendendo as contradições inerentes à localização das mulheres dentro de várias estruturas que ações políticas eficazes podem ser projetadas” (*Ibid.*, p. 13, tradução da autora) <sup>10</sup>. É nesse sentido que abordagens preocupadas com o aspecto racial das RI conectam o vínculo entre teoria e prática.

A busca pela igualdade racial revelou a falácia do fundamento das diferenças raciais como biológicas. No entanto, o fim do conceito de ‘raça’ no plano teórico não a acarretou o fim do racismo. Ao contrário, o movimento promoveu a manutenção das relações de subordinação uma vez que a igualdade foi alcançada em termos de neutralidade, o que não erradicou a desigualdade, apenas silenciou e marginalizou a discussão sobre racismo. Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (2015) afirmam que tratar o racismo como etnicidade, em uma tentativa de conceitualizar a diversidade e cultura, relegou as questões de raça ao plano do erro individual e silenciou a persistência dessa lógica racista na contemporaneidade através de “[...] intervenção humanitária liberal

<sup>9</sup> “[...] una relación de dominación estructural y una supresión, muchas veces violenta, de la heterogeneidad del sujeto o sujetos en cuestión”

<sup>10</sup> “Es sólo al entender las contradicciones inherentes a la ubicación de las mujeres dentro de varias estructuras que se pueden diseñar acciones políticas efectivas”

contemporânea, construção do Estado e formas modernas de escravidão e tráfico”<sup>11</sup> (ANIEVAS et. al., 2015, p. 10). Desse modo, a relação entre poder-saber sustentou e sustenta a ‘linha de cor’ que Du Bois já denunciava existir no início do século XX (DUBOIS, 1915).

A disciplina das RI no que tange as diferenças raciais, replicou a lógica mencionada como legado colonial de lidar com a diferença: usar a si mesmo para definir o Outro. Logo, as questões de raça e racismo, omissas no debate acadêmico:

[...] continuam a estruturar subliminarmente a política mundial contemporânea, tanto em formas materiais como [...] ideológicas para elucidar as interconexões íntimas entre quadros orientalistas / raciais de análise e processos de grande estratégia, conflito interestatal e guerra (ANIEVAS et. al., 2015, p. 3, tradução da autora).<sup>12</sup>

Desse modo, a contenção da igualdade no Estado, e o conseqüente adiamento do problema da diferença, atribuiu a este, ou a organismos formados por Estados, a responsabilidade por promover os Direitos Humanos. Isso legitimou o uso da violência para tratar certos tipos de diferenças, aquelas que questionam o Estado (soberano, liberal e democrático) como a forma de organização política capaz de lidar com a desigualdade. Com efeito, naturalizam as hierarquias raciais que sustentam práticas como intervenção humanitária, políticas migratórias restritivas, a guerra ao terror e ignoram a desigualdade econômica como sistêmica.

Doty (1996) aborda o ‘como’ da construção do conhecimento do Norte sobre o Sul para demonstrar a partir dos ‘encontros coloniais’ como a representação do primeiro sobre o segundo moldou as relações políticas entre ambos. O saber produzido pelo Norte se propôs como um regime de verdade sobre os povos colonizados em que estes foram taxados como inferiores. Um dos exemplos fornecidos por Inayatullah e Blaney (2004) é a formação da concepção de propriedade, naturalizada ainda hoje, produzida no encontro colonial: a visão liberal de Locke estava diretamente relacionada com o projeto colonial visto que não permitiu outros modos de acesso a recursos, e, portanto, reduziu à assimilação o tratamento com as formas de vida dos nativos. Retomar esses momentos históricos permite ressaltar seu caráter contingente e limitado para desnaturalizar ‘fatos dados’, permeados pelo racismo, que ainda marcam as relações e fronteiras da política mundial.

Para mais, a diferença racial foi contida em uma concepção de temporalidade em estágios de desenvolvimento. Essa ideia crucial para a política mundial é um legado desse projeto colonial que buscou reconciliar a unidade da criação divina em detrimento da possibilidade da coexistência de uma pluralidade de mundos (*Ibidem*). A discriminação racial resulta em tratamento hostil da diferença em que modos de vida distintos (diferença espacial) são construídos como um atraso temporal sob um

<sup>11</sup> “[...] contemporary liberal humanitarian intervention, nation-building and modern forms of slavery and trafficking”

<sup>12</sup> “[...] continue to subliminally structure contemporary world politics, in both material and ideological ways [...] to elucidate the intimate interconnections between orientalist/racial frameworks of analysis and processes of grand strategy making, interstate conflict and war”

imaginário de um passado primitivo europeu, ou seja, um ‘Estado de Natureza’ imaginado. A história, tanto como passado quanto futuro, é negada na medida em que a igualdade como seres humanos é avaliada segundo parâmetros de possibilidade de conversão e assimilação aos valores modernos liberais. A temporalidade histórica não é mais a fortuna de Maquiavel, em que a contingência é o político (WALKER, 1993). As RI negaram a temporalidade ao contê-la no doméstico, em uma comunidade política homogênea.

Este Estado de Natureza imaginado também é associado ao internacional, em que o uso da força e da guerra também é um recurso válido vide a ausência de uma autoridade central para resolver os conflitos. A própria humanidade é relativizada e condicionada à cidadania. Sob uma ótica atenta à questão racial, evidencia-se que processos de teorização das RI reproduzem categorias analíticas permeadas pelo racismo:

Por um lado, o tempo internacional e global é congelado em um Estado primitivo, desabilitando o ‘desenvolvimento’ do sistema de Estados. Por outro, o espaço é congelado enquanto o tempo desenvolve de uma forma particular dentro dos Estados-nações, mas sempre teologicamente afunilado em direção à sociedade (isto é, civilizada) moderna liberal.<sup>13</sup> (INAYATULLAH e BLANEY, 2004, p. 85, tradução da autora)

Além disso, a definição de poder como recondução da guerra também questiona o caráter irrevogável do Estado como a única possibilidade de organização política capaz de manter a paz e conduzir a promoção da igualdade dentro das suas instituições sob a forma de direitos do cidadão. Thiago Rodrigues afirma que “[...] o Estado Moderno de origem europeia foi fundado pela guerra e sustentado desde sua consolidação pela guerra”<sup>14</sup> (2015, p. 156, tradução da autora). A guerra como parte da política permite mostrar que o Estado foi a organização política ‘vencedora’ em detrimento das outras formas. O Estado moderno se impôs com a manutenção das relações de poder do período colonial, ainda que com a ressignificação no contexto pós-colonial das discursividades que conduzem essa relação de força. Sob essa ótica que Frédéric Grós (2009) propõe que os conflitos não convencionais atuais não são um retorno ao Estado de Natureza, à selvageria e barbaridade como afirma o pensamento ocidental de que as relações políticas entre Estados modernos são supostamente ‘civilizadas’ ou mesmo legitimar as guerras e o uso da violência promovidos pelo Ocidente como mais justas.

Por outro lado, a homogeneização do Estado apagou as diferenças dentro das suas fronteiras ao enfatizar a soberania estatal como direito contra intervenção externa. Krishna (2015) aborda como a construção da civilização indiana ocorreu através das hierarquias internas, especialmente dos *dalits*, e,

<sup>13</sup> “In one, international or global time is frozen in a primitive state, disallowing “development” of the states-system. In the other, space is frozen while time unfolds in a particular manner within each nation-state but always teleologically funneled towards modern liberal (that is, civilized) society”

<sup>14</sup> “[...] el Estado Moderno de origen europeo fue fundado por la guerra y sostenido desde su consolidación por la guerra”

no plano internacional, como símbolo de um Estado que lutou, de modo pacífico em contraposição a *realpolitik* dominante, contra discriminação pela independência colonial. Assim, reitera-se a necessidade de atentar para as relações de poder como sobrepostas e não monolíticas. A política mundial, em sua complexidade e contradições, é formada por discursos de verdade construídos através de relações de poder.

Segundo a episteme de Du Bois (1925), Anievas et. al. afirmam: “[...] Um dos efeitos mais graves da ‘linha de cor’ foi o apagamento de qualquer apreensão relacional de poder, hierarquia e divisão e uma negação da ação daqueles que vivem atrás do véu”<sup>15</sup> (2015, p. 6, tradução da autora). A construção dessa linha de cor torna implícita a violência explícita de que a riqueza, a civilização, a democracia e o progresso tecnológico do Ocidente em função da pobreza, primitivismo e atraso do resto do mundo (Du Bois, 1925). Essa negação da capacidade de agência e de história perpassada pelo racismo, impede que as RI lide de modo reflexivo, autocrítico com a diferença, negligenciando as questões de raça para promover uma disciplina hegemônica em detrimento de um conhecimento crítico para transformação (KRISHNA, 2015). Além disso, impede a construção de novas correlações de força transformadoras contra os eixos de opressão múltiplos e co-constituídos: racial, heterossexual, de classe, de gênero e colonial, no qual estratégias discursivas são mobilizadas para este fim (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1981).

#### 4. Conclusão

A problematização da diferença e das desigualdades na política mundial perpassa o questionamento do ‘internacional’ como o foco da análise das RI. A centralidade do Estado soberano moderno gera efeitos perversos sobre as diferenças raciais, coloniais e de gênero. Essa visão legitima argumentos contemporâneos de assimilação sob a forma da paz liberal, ajuda humanitária e governança global. Enquanto que, os que resistem à assimilação são encarados como desviantes, Estados párias, Estados ‘falidos’, terroristas, migrantes ilegais, traficantes. Com efeito, legitima-se o uso da violência contra os que ameaçam a ordem ‘internacional’. Assim sendo, não há abertura para reflexividade sobre a pluralidade de identidades, de arranjos políticos e sociais, sobre a heteronomia das interações sociais, além da porosidade das dimensões globais, regionais e locais.

Desse modo, este ensaio procurou repensar a relação entre igualdade/desigualdade e diferença bem como a centralidade do ‘internacional’ na política mundial. Esses movimentos são imprescindíveis para uma reflexão crítica das RI que considere os efeitos sociais, éticos e políticos das categorias analíticas. Para tal, mobilizaram-se abordagens que problematizam as diferenças de gênero,

---

<sup>15</sup> “[...] one of the most grievous effects of the colour line was the erasure of any relational apprehension of power, hierarchy and division and a denial of the agency of those living behind the veil”

raciais e neocoloniais, o que permitiu ressaltar a ambivalência, contingência e a complexidade da política mundial através da importância do cotidiano, do doméstico, da história e das relações de poder-saber que a constituem.

**Referências bibliográficas**

- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Race and Racism in International Relations: confronting the global colour line*. London, Routledge, 2015.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: CHERRÍE, Moraga; GLORIA, Anzaldúa (Org.). *This Bridge Called My Back: Writings by radical women of color*. 1. ed. Watertown, Mass.: Persephone Press, 1981, p. 210-218.
- DOTY, R. Lynn. *Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1996.
- DUBOIS, W.E.B., Worlds of Color. *Foreign Affairs*. 1925, Vol. 3, No. 3, pp. 423-444, disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20028386>>.
- \_\_\_\_\_, *The African Roots of War*. 1915. Disponível em: <<http://scua.library.umass.edu/digital/dubois/WarRoots.pdf>>.
- EDKINS, Jenny. *Poststructuralism and International Relations: Bringing the Political Back In*. Boulder e London: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley: University of California Press, 2000 [1990].
- \_\_\_\_\_. DSK, Vikings, and the Smartest Guys Masculinities in the Banking Crash of 2008. In: ENLOE, C. *Seriously! Investigating Crashes and Crises as if Women Mattered*. Los Angeles: University of California Press, 2013, cap. 4.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. O método. In: FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, cap. 4, pp. 88-97.
- GROS, Frédéric. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. *International Relations and the Problem of Difference*. Nova York: Routledge, 2004, cap. 4.
- MOHANTY, Chandra. T. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, L. S. e HERNÁNDEZ, A. (ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

- RODRIGUES, Thiago. Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos. *Revista Brasileira de Estudos da Defesa*. Vol. 2, no 2, jul./dez. 2015, p. 151-171. Disponível em <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/62990/37659>
- SCOTT, Joan W. Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*. College Park, vol. 14, n. 1, p. 32-50, spring, 1988.
- TICKNER, J. Ann. *A Feminist Voyage through International Relations*. Nova York: Oxford University Press, 2014, cap. 3 e 5
- WALKER, Rob B. J. *Inside/outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *International / Inequality*. *International Studies Review*, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Despite all Critique*. In: *Out of Line: Essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics*. London: Routledge, 2016
- WIGHT, Martin. Why is there No International Theory?. *International Relations - INT RELAT*. 1960, vol. 2, pp. 35-48.